

Saúde e Sociedade

ISSN: 0104-1290

saudesoc@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Serrata Malfitano, Ana Paula  
Experiências de Pesquisa: entre escolhas metodológicas e percursos individuais  
Saúde e Sociedade, vol. 20, núm. 2, abril-junio, 2011, pp. 314-324  
Universidade de São Paulo  
São Paulo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406263675005>

# Experiências de Pesquisa: entre escolhas metodológicas e percursos individuais<sup>1</sup>

Research Experiences: between methodological choices and individual paths

**Ana Paula Serrata Malfitano**

Doutora em Saúde Pública. Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos.

Endereço: Laboratório METUIA/UFSCar – Rodovia Washington Luiz, km 235, Caixa Postal 676, CEP 13565-905, São Carlos, SP, Brasil.  
E-mail: anamalfitano@ufscar.br

<sup>1</sup> Artigo referenciado em parte dos dados da nossa tese de doutorado, apresentada à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Rubens de Camargo de Ferreira Adorno. Contou com apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para doutorado no país e estágio doutoral no exterior (*Centre de Recherche Médecine, Science, Santé et Société da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, em Paris, França).

## Resumo

O presente texto traz a apresentação de um relato de pesquisa, tendo como base a experiência metodológica desenvolvida em uma tese de doutorado. Objetiva-se discutir as possibilidades e os limites da realização de pesquisas por atores envolvidos com o objeto em estudo. Especificamente, parte-se da situação de ocupar o lugar de profissional participante da proposição, implementação e intervenção técnica em uma política social direcionada para crianças e adolescentes em situação de rua para, posteriormente, realizar uma pesquisa sobre a experiência em curso. Aportando-se na discussão sobre a metodologia materialista-histórica, a observação participante e a “objetivação participante”, ou seja, a centralidade do método no ato de objetivar a participação para, consequentemente, compreender e buscar mudanças na realidade; defendem-se as potencialidades e as riquezas de investigações realizadas pelos próprios atores envolvidos no processo de trabalho. Faz-se importante, também, reconhecer a inexistência de imparcialidade no processo, inerente à compreensão de atuação da visão do pesquisador, bem como destacar a necessidade de embasamento teórico para possibilitar as reflexões que busquem ofertar uma apreensão aprofundada da realidade com a qual se está diretamente envolvido.

**Palavras-chave:** Metodologia; Pesquisa; Observação Participante; Trajetória Profissional.

## **Abstract**

The author of this text discusses the presentation of a research report, based on the methodological experience developed in a PhD dissertation. The aim is to discuss the possibilities and limitations of research being conducted by the actors involved with the object being studied. Specifically, the author departs from the situation of occupying the place of a professional who is a participant in the proposition, implementation and technical intervention in a social policy directed to children and teenagers living on the street, and then she carries out a research on the ongoing experience. By contributing to the discussion on the historical-materialistic methodology, participant observation and “participant objectification”, that is, the centrality of the method in the act of objectifying participation to, as a result, understand and seek changes in reality, the author defends the potential and value of research conducted by the actors involved in the work process. It is also important to recognize the lack of impartiality in the process, inherent in the researcher's vision, as well as to highlight the need of a theoretical basis to enable reflections that seek to offer a deep understanding of the reality with which one is directly involved.

**Keywords:** Methodology; Research; Participant Observation; Professional Career.

## **Trajetórias Pessoais: entre intervenção e pesquisa**

A proposição do presente texto é compartilhar as reflexões realizadas no nosso processo de pesquisa de doutorado enfocando, especificamente, os caminhos metodológicos traçados. Partimos de uma situação peculiar, na medida em que éramos técnicas de uma rede de serviços, no município de Campinas-SP, e, após quatro anos, em dois cargos sequentes diferentes, propusemos a realização da pesquisa cujo objeto era exatamente a rede de serviços em que trabalhávamos.

Por compreendermos que se trata de uma situação que atinge grande número de profissionais de equipamentos sociais, entre eles do campo da saúde, optamos pelo relato de nossa trajetória pessoal com o intuito de ilustrar um percurso nesse campo, entre a pesquisa e a intervenção prática, apresentando as escolhas metodológicas realizadas e os aportes teóricos encontrados para a justificativa de tal percurso.

Nossa trajetória profissional, até a efetivação dessa pesquisa, iniciou-se na formação na graduação, como terapeuta ocupacional, e a constante indagação em torno da função social da nossa profissão. Pensando nas reais demandas dos sujeitos, na sua autonomia e nas ações possíveis e necessárias para sua concretização, questionávamos as possibilidades do universo da saúde, quando parte de uma abordagem exclusivamente clínica, de realizar intervenções com as demandas sociais e suas complexidades. Reconhecendo a necessidade e relevância do desenvolvimento e implantação de ações clínicas, enraizadas no campo das ciências biológicas - vertente predominante na nossa formação universitária -, indagávamos a possibilidade de diálogo com as ciências humanas e a criação de outras chaves de leitura da realidade que nos possibilitassem novos diálogos e novas abordagens de temáticas sociais, as quais avaliávamos como importantes e necessárias de serem realizadas a partir de nosso núcleo profissional.

Nesse processo, a partir da apreensão sobre a complexidade da sociedade e as intervenções técnicas e profissionais sobre ela, o campo das políticas públicas passou a ser relevante, na medida em que

a compreensão da organização social em torno das políticas, em particular das políticas sociais, no interior da lógica do sistema capitalista, propiciou-nos um olhar sobre o contexto social que não partia apenas de uma individualização das demandas e particularização de problemáticas, que são, na maioria dos casos, coletivas.

Para continuidade desse percurso e aprofundamento de nossos estudos, conciliar a participação técnica, em experiências desenvolvidas no campo social, e manter nossa inserção na academia, com o intuito de realizar reflexões críticas sobre as possibilidades e limites das práticas de intervenção, foi nossa opção. O que culminou no nosso enraizamento na Universidade a partir do lugar de pesquisadora e de professora.

Dando continuidade aos estudos daquele momento, sobre uma prática profissional em desenvolvimento, pautados pela discussão das análises das políticas sociais, a participação dos movimentos sociais e as intervenções direcionadas aos grupos em situação de vulnerabilidade social e desfiliação, ou seja, dupla fragilização social (Castel, 1998), nasceram as indagações que originaram nossa pesquisa de doutorado, que teve por objetivo a análise das políticas e projetos sociais estabelecidos para a atenção aos meninos e meninas em situação de rua em Campinas-SP.

Iniciamos nossa atuação profissional naquele local por meio de uma organização não governamental voltada para a atenção de crianças e adolescentes em situação de rua. A partir da coordenação técnica dessa instituição, engajamo-nos fortemente na criação da rede de serviços locais, compartilhando o projeto em implementação e coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura local. Dois anos depois, saímos da ONG e recebemos um convite para permanecer nesse grupo de trabalho, por solicitação de seus demais membros, e aceitamos a proposição, sob uma perspectiva de continuidade do trabalho em desenvolvimento e militância na área da infância

e juventude. Naquele mesmo ano, viemos ocupar o cargo de terapeuta ocupacional em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas Infantojuvenil<sup>2</sup>, por meio de um projeto municipal, realizando o trabalho de intervenção técnica e, posteriormente, acumulando a função de coordenação das ações ligadas ao campo da saúde. Essa inserção profissional e participação intensa na rede de atendimento aos meninos e às meninas em situação de rua, a partir do lugar da ONG e do poder público, conduziu-nos ao questionamento sobre a eficiência da política pública com aquele grupo, mesmo quando eles são formalmente declarados prioritários por uma gestão municipal, e interrogamo-nos sobre a forma como as ações institucionais são recebidas pelos seus usuários, tendo como base a passagem das trajetórias de vida que conhecíamos e acompanhávamos.

As indagações sobre os métodos de intervenção, a sua eficiência, a sua representatividade histórico-social, os direitos da população infantojuvenil, bem como o desenvolvimento das políticas públicas e o melhor investimento do dinheiro público estavam cotidianamente enunciados, seja na nossa intervenção direta com aquela população, seja por meio das atividades de gestão e planejamento das ações na rede. Esses processos nos conduziram ao desejo de aprofundamento do tema e investigações sobre as políticas e programas sociais.

Compartilhamos da proposição de que é possível e benéfica a realização de um trânsito constante entre a intervenção e a efetivação da pesquisa, abrindo espaço para a reflexão acerca das experiências realizadas no ambiente microssocial e suas conexões com o contexto macrossocial das políticas públicas. Buscamos tecer reflexões sobre uma prática que possibilite a troca de saberes e a entrada do técnico no contexto social como intermediário para as ações (Brandão, 1984), através da proposta de um diálogo entre o contexto local, a política social e a investigação científica sobre as mudanças produzidas com um dado grupo populacional.

<sup>2</sup> A política de reforma psiquiátrica, do Ministério da Saúde, organiza-se por meio dos CAPS - Centros de Atenção Psicossocial, que são “um lugar de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e demais quadros, cuja severidade e/ou persistência justifiquem sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida” (Brasil, 2004, p. 13). Os CAPS podem ser classificados em CAPS I e II, com funcionamento de 8 horas/dia em 5 dias/semana; CAPS III aberto 24 horas por dia sem interrupção; o CAPS I, direcionado para atenção da infância e adolescência; e, por fim, o CAPS ad, voltado para usuários de álcool e outras drogas.

Partindo do referencial materialista histórico, para o qual o método de pesquisa traduz-se como uma possibilidade de apreensão radical da realidade, temos o objetivo de que as reflexões racionais, derivadas das análises da concretude social, possam dar expressão abstrata às ideias e proposições de mudanças e transformações dos fenômenos sociais (Frigotto, 1989). Dessa maneira:

No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social. [...] A reflexão teórica sobre a realidade não é uma reflexão diletante, mas uma reflexão em função da ação para transformar (Frigotto, 1989, p. 81).

Posicionamo-nos em um trânsito entre a teoria e a ação, por meio de um caminho trilhado a partir de nossa prática e da apreensão dela como reflexão crítica sobre a realidade, para buscar contribuições para a implementação de mudanças sociais que, evidentemente, enlaçam-se na complexidade político-social e econômica da sociedade moderna. Tendo como base uma leitura da nossa experiência, pontuamos este trabalho em seu contexto histórico, político, técnico e local, com o desafio de tecer uma conexão entre a formulação das políticas sociais, seu processo de implantação e os resultados alcançados na vida daqueles sujeitos. Realizou-se esse processo a partir do microcontexto, acreditando que este possa expandir-se para levantar pistas sobre o macro, pois “é na análise que se estabelecem as relações entre as partes e a totalidade” (Frigotto, 1989, p. 89).

Desse modo, nossa inserção original no campo, na qualidade de técnica em intervenção, foi o elemento fomentador e potencializador para a realização de nossa pesquisa, com o intuito de apreender a realidade e pensar nos caminhos para transformá-la, segundo os pressupostos apresentados. Contudo, é importante assinalar que nosso

duplo pertencimento ao campo - técnica de intervenção e, posteriormente, pesquisadora - cria também uma contradição, na medida em que nossas análises sejam provenientes do lugar de quem participou ativamente da rede de serviços e, portanto, orientadas sobre essa experiência. Por um lado, a participação na intervenção contribuiu para um aprofundamento na realidade estudada, ofertando uma maior riqueza em quantidade e em qualidade de informações. A partir dessa participação, houve o desejo de sua apreensão, tendo em vista as angústias profissionais que visavam à maior efetividade da política social e, no limite, à promoção de direitos para a população infantojuvenil em situação de rua. Por outro lado, esse mergulho em campo, por meio desse papel que precede a pesquisa, direciona o olhar e conduz as reflexões para os aspectos da formulação e do desenho de proposições, acompanhados de seus ideais. Essa dubiedade foi trabalhada pelo acompanhamento da implementação das ações políticas e pela nossa tentativa de dar voz às interrogações constantes feitas pelas histórias reais de vida que por nós passaram. Trata-se do desafio de realizar o movimento de “estranhando o familiar”, conforme descrito por Velho (2003), e, a partir de então, estudar o próximo, reconhecendo-nos como parte dele.

Caminhamos para uma proposição denominada por Bourdieu (2003) de objetivação<sup>3</sup> participante (*l'objectivation participante*), ou seja, “a objetivação do sujeito da objetivação, do sujeito em análise, do pesquisador por ele mesmo”<sup>4</sup> (p. 43), consistindo, portanto, em:

observar-se observante, observar o observador no seu trabalho de observação ou de transcrição de suas observações, no e pelo retorno sobre as experiências de campo, sobre o relato aos informantes e, por último, mas não menos importante, sobre o relato de todas essas experiências, que conduzem, frequentemente, à conclusão, tão desesperante, que tudo isso não é, jamais, um discurso definitivo, texto, ou pior, pretexto ao texto (p. 43-44)<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> Objetivação, segundo o dicionário *Houaiss* (Houaiss e Villar, 2001), significa o “ato ou efeito de objetivar”, ou, ainda, no marxismo, “o processo por meio do qual o trabalho humano, transformando a natureza circundante, é materializado em objetos, o que pode ser empreendido conscientemente [...] ou de forma alienada” (p. 2041).

<sup>4</sup> Tradução livre.

<sup>5</sup> Idem nota 4.

Há, portanto, limites nessa auto-observação, mas também ela fornece elementos relevantes para a compreensão da realidade (Bourdieu, 2003) e intervenção sobre ela (Frigotto, 1989).

Enfim, esse nosso lugar de inserção, como ator da política, foi um elemento que alimentou o desejo de aprofundamento e investigação da política realizada e fomentou o constante questionamento sobre a produção de mudança de aspectos na trajetória de vida de sua população-alvo: crianças e adolescentes que utilizavam a rua como espaço de moradia. Assim, nessa nossa trajetória, passamos da condição de trabalhadoras da rede de serviços para a categoria de pesquisadoras. Tendo, portanto, nos afastado do campo como técnica em intervenção e gestão e nele permanecido para a realização específica das atividades metodológicas propostas pela pesquisa. Tais atividades foram produzidas pela continuidade de nossa participação e acompanhamento nas articulações coletivas da rede de serviço, da observação participante no serviço ambulatorial de saúde, e também da realização de atividades de observação na rua e acompanhamento dos percursos nas ruas dos meninos, a partir do convite deles. Por fim, retiramo-nos totalmente do campo.

## Tempos da Pesquisa de Campo: escolhas, métodos e coleta de dados

Os tempos referenciados para o trabalho de campo foram dados a partir da soma dos nossos distintos papéis ocupados nesse contexto. No período de três anos, exercemos a função de técnicas de intervenção da rede; dando sequência, por mais quinze meses, para a realização das atividades de campo. Totalizamos, portanto, “os tempos” de mais de quatro anos, com atividades distintas entre nossos dois papéis, porém, caracterizando-se como fontes igualmente relevantes.

No nosso tempo dedicado à coleta de dados, durante os últimos quinze meses, utilizamos como procedimentos: pesquisa documental nos arquivos de registro da rede de serviços componente do Pla-

no Municipal a Infância e Juventude, e em nossos registros pessoais do processo de trabalho que compúnhamos (cadernos de anotações); entrevistas semidirigidas com diferentes atores; grupos de atividades com os adolescentes, tendo como base a metodologia dos grupos focais; observação participante em uma instituição e na rua; e, também, o acompanhamento de trajetórias de vida (trechos biográficos) de alguns adolescentes.

A pesquisa documental foi realizada a partir dos arquivos mantidos no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Com uma autorização do CMDCA, por meio de sua presidência e coordenação da comissão de crianças e adolescentes em situação de rua, acessamos as atas passadas do grupo e o Plano Municipal para a Infância e Juventude, com seus relatórios de avaliação. Complementamos essas fontes com nossos registros pessoais, realizados quando da participação nas reuniões e nos seminários locais, como atores do processo de constituição e ação do grupo em estudo.

Com o intuito de acessar o discurso de diferentes atores sobre as políticas e programas sociais, realizamos entrevistas semidirigidas, a partir de um roteiro preestabelecido, com três grupos diferentes, a saber: gestores, serviços (coordenadores e técnicos) e usuários (adolescentes). Com os gestores, entrevistamos os coordenadores da área da criança e do adolescente das Secretarias Municipais de Assistência Social<sup>6</sup> e Saúde; uma supervisora educacional da Secretaria Municipal de Educação, envolvida no atendimento em educação formal dos meninos e meninas em situação de rua; e a agente cultural do Departamento de Ação Cultural, responsável pela implementação de atividades de lazer e cultura na região central, voltadas para adolescentes e jovens, da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo. Entrevisamos também um representante de cada Conselho Tutelar da cidade, dois representantes do CMDCA e o coordenador do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas, organização da sociedade civil caracterizada como movimento social para a defesa de direitos dessa população.

<sup>6</sup> A Secretaria Municipal de Assistência Social de Campinas passou, a partir de 2005, a ser chamada de Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência, Trabalho e Inclusão Social.

A rede de serviços era composta de 20 programas para o atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de rua, com atendimento exclusivo a esse público ou com uma ação que incluísse essa população. Desses espaços entrevistamos um coordenador e um técnico que trabalhavam diretamente com os usuários locais. Em algumas instituições, esse cargo era acumulado pela mesma pessoa e, nessa situação, realizamos apenas uma entrevista. Passamos pela totalidade dos programas que formam a rede de serviços para essa população.

Entrevistamos também, em profundidade, cinco adolescentes que frequentavam a rede de serviços. Destacamos que essas entrevistas pouco avançaram sobre a avaliação pessoal por parte deles com relação às instituições. Eles não faziam muitas distinções entre os equipamentos e salientavam a busca por pessoas e benefícios específicos, em vez da especificidade do serviço propriamente. As entrevistas terminaram por ofertar um material rico sobre a vivência nas ruas e as redes pessoais de suporte construídas, incluindo pontos nos equipamentos, e não uma opinião pessoal sobre esses locais. Devido a esse fator resultante do campo, o discurso literal dos meninos e das meninas sobre a rede é minoritário no desenvolvimento da tese, enfocando-se mais na nossa observação realizada. Porém, procurando dar voz a essa população, destacamos episódios de suas trajetórias pelos serviços.

Compusemos um material de 44 entrevistas, que foram gravadas e transcritas, em sua totalidade<sup>7</sup>. A transcrição foi enviada aos entrevistados para eventuais correções. Não encontramos todas as pessoas, devido a mudanças eventuais de trabalho ou forma de contato, obtendo o retorno de 75% dos colaboradores. O processo de realização das entrevistas foi considerado desde o momento da sua solicitação até os comentários feitos após o gravador ser desligado.

Nossa permanência em campo, para além das entrevistas, ocorreu por meio da observação participante semanal em uma instituição de saúde<sup>8</sup>, por

um período de quatro horas semanais. Tínhamos o objetivo de observar a dinâmica institucional e os adolescentes que ali frequentavam, por meio de nossa permanência no espaço de convivência da instituição.

A observação participante, como expressa seu nome, é compreendida como uma metodologia de pesquisa que prevê a participação do observador/pesquisador no contexto em análise, realizada pelo estabelecimento de uma “comunidade” entre o pesquisador e os sujeitos de sua pesquisa. Entendendo “comunidade” como o encontro, a empatia e a harmonia estabelecidos (Cicourel, 1980). Essa metodologia ganhou destaque na Antropologia e na Sociologia na década de 1950, a partir das manifestações da Escola de Chicago (Cefaï, 2003). Ganhou um *status* que chegou a ocupar um lugar “místico”, segundo esse último autor, na medida em que passou a ser reconhecida como a forma de melhor apreensão da realidade que se investiga. Entretanto, como todo método, não garante por si só tal apreensão, mas possibilita a aproximação, dentro do que as circunstâncias permitem, das atividades, dos interesses e dos afetos de um dado grupo (p. 502).

Juntamente com a observação participante, na busca de uma apreensão e composição do discurso dos adolescentes sobre a rede de atendimento, realizamos grupos de atividades em 12 instituições da rede (em um universo de 17 locais), aplicando um roteiro semidiretivo de atividades e discussão, tendo como base o método de grupos focais. Os grupos tinham duração de 1 hora e 30 minutos, em média, e contamos com a participação de um total de 86 adolescentes. O objetivo era levantar suas opiniões sobre as instituições, por meio de dinâmicas e debates, nas quais utilizamos as atividades como elementos mediadores que possibilitassem a emergência de discursos, entre eles o verbal, criando dinâmicas, imagens e representatividades.

Ainda percorrendo o levantamento de material junto aos adolescentes, permanecemos nas ruas de Campinas no período de 15 dias, por toda a jornada,

<sup>7</sup> Entrevistas realizadas no período médio de 1 hora cada. A totalização das transcrições somou 472 páginas.

<sup>8</sup> Observação, na qualidade de pesquisadora, registrada no Centro de Educação dos Trabalhadores de Saúde (CETS) da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Campinas.

visando à aproximação com os meninos em um espaço extra-institucional. O interesse em realizar “entrevistas” nas ruas apresentava dois aspectos: primeiramente, em seu sentido mais direto, pelo conteúdo; e, posteriormente, pela proximidade com o contexto de vida cotidiana, por meio de sua inscrição territorial e rede de relações.

Partimos do pressuposto de que nossa presença na rua poderia favorecer um outro discurso, mesmo que influenciado pelas relações vividas entre nós e os meninos e as meninas que já conhecíamos. Desde o princípio de nossas atividades na qualidade de pesquisadoras, informamos que estávamos realizando uma pesquisa e não trabalhávamos mais nos serviços que eles frequentavam. Para eles, essa informação parecia pouco influenciar e referenciavam-se nas relações já constituídas conosco e no conhecimento prévio acumulado. Ainda assim, apostávamos que o lugar dessa conversa, as ruas, apresentaria um impacto sobre seu conteúdo, além de uma composição entre o conteúdo, por ele mesmo, e a observação do contexto onde o encontro foi realizado.

Todavia, na nossa experiência, a aproximação com o contexto de vida nas ruas sobressaiu-se aos conteúdos formalmente alcançados, além de ter permitido, a partir do nosso trânsito em encontro com o deles, a apreensão de sua inscrição territorial e a circulação em contextos por nós desconhecidos, incluindo aqueles que não foram por eles verbalizados. Apesar da declaração de conteúdos relevantes, nas entrevistas realizadas, pontuamos que o maior ganho dessa etapa do trabalho redundou na nossa aproximação com o universo da rua, fator de extrema importância para a compreensão da passagem daqueles meninos e meninas pelos serviços e, com isso, traduziram-se nos elementos mais utilizados nas nossas análises, no que tangencia essa fase do campo. Inscrevemos a nossa passagem pelas ruas no âmbito da observação participante, na medida

em que ela possibilitou a abertura do campo de observação e apreensão sobre a sociabilidade e as vivências daqueles meninos em seu contexto<sup>9</sup>.

Nesse período, o elemento mais marcante vivenciado ocorreu pelo convite de dois meninos para permanecermos alguns dias com eles, em suas caminhadas pelas ruas, fato que orientou nossas atividades nesse espaço. Aceitamos e seguimos os percursos por eles estabelecidos, com a nossa sugestão, que não teve objeções, de uso de uma máquina fotográfica, com a qual fizemos algumas fotos, e solicitamos que eles também as fizessem, com a proposição de mostrar-nos “a vida nas ruas”. Pareceu claro que esse convite foi decorrência de dois aspectos. Primeiro, pelo vínculo que já tínhamos e o conhecimento mútuo de quatro anos, a partir de serviços diferentes que, tanto nós quanto eles - em posições diferentes, evidentemente -, frequentamos, o que facilitou nosso contato. Outro aspecto que pode ser apontado trata da negociação do encontro e dos ganhos, para ambas as partes, derivados daqueles momentos. Da nossa parte, estavam postos os interesses da pesquisa. Para os meninos, havia a possibilidade de ganhos secundários a partir da permanência conosco. Um exemplo ocorreu quando solicitaram alguma intermediação institucional e sabiam de nossas possibilidades nessa direção, mesmo que não representássemos mais, oficialmente, nenhum serviço da rede. Por alguns momentos, contribuímos para o retorno deles para algum serviço, para a realização de um exame clínico e para outras atividades que nos solicitaram. Tais fatos representam benefícios secundários que desfrutaram ao permitirem o nosso acompanhamento em seu universo: as ruas. Em contrapartida, possibilitaram-nos uma abertura e circulação conjunta, atuando como nossos informantes e proporcionando a entrada em lugares que, na qualidade de técnicas, desconhecíamos. Nessa negociação subjetiva, permitiram-nos a aproximação com o trânsito presente no seu cotidiano.

<sup>9</sup> Sublinhamos que o objetivo de nossa pesquisa não era a apreensão sobre o modo de vida daqueles meninos e meninas nas ruas, mas sim a sua passagem sobre a rede de serviços. Uma vez que nosso objetivo fosse outro, seria fundamental uma temporalidade de permanência maior nas ruas. Contudo, partíamos da mediação institucional e, com isso, da relação prévia estabelecida com aqueles adolescentes. Tal ponto caracteriza nossa pesquisa na esfera da análise da política social, diferenciando-se de relevantes experiências que teceram encontros com a população nas ruas a partir de uma “relação direta”, como denomina Girola (1996) em seu estudo com a população de rua em Paris, em que ela se apresentava diretamente para os moradores de rua e, a partir das relações estabelecidas, realizou sua pesquisa etnográfica; ou ainda em uma “relação aberta”, denominada por Rullac (2006), onde ele abordava os moradores de rua na condição de habitantes do bairro em que morava.

As populações em situação de rua são conhecidas e nomeadas pela sua dinâmica de movimento, denominadas de circularidade (Gregori, 2000), nomadismo (Magni, 2006) ou trânsito (Frangella, 1996 e Adorno, 1997/1998), que representam uma ocupação não tradicional do espaço urbano. Para Frangella (1996), a partir de uma pesquisa também com os meninos em situação de rua de Campinas, o acompanhamento de seus trajetos representou o desenho de trânsitos, os quais contribuíram para as reflexões sobre as múltiplas identidades daqueles sujeitos. Acrescenta-se que esses trânsitos representam também a constituição de redes no tecido social, que deflagram a multiplicidade de espaços e pontos que os sujeitos podem percorrer e enlaçar, de maneira mais ou menos sólida. Com base nos conceitos de Simmel, Frúgoli Júnior (2007) define que a “sociedade significa uma rede empírica de relações humanas, num dado tempo e espaço” (p. 36). Logo, a vivência nas ruas, permeada por relações, possibilidade, entre outras coisas, formas de construções de redes pessoais de proteção e de suporte (Galvani, 2008), nas quais os serviços compõem um ponto, podendo atuar para interações e sociabilidades dessa dinâmica.

Por fim, sugerimos que fomos “capturadas” pelos diversos métodos de trabalho de campo, a partir da permanência e “mergulho” nele (Dalmolin e col., 2002), com um diálogo entre nossas representações e com apoio nas análises etnográficas possibilitadas, reconhecendo-as como um recurso metodológico que contribuiu para o trabalho desenvolvido. Destacamos que a multiplicidade de métodos utilizados revela a nossa tentativa de aproximação, apreensão dos objetivos da pesquisa, reconhecendo a complexidade do campo, da temática da vida nas ruas, assim como influenciadas pelo nosso lugar ocupado para o desenvolvimento da pesquisa. Consideramos que “o método aqui é entendido como o exercício reflexivo de apreensão de uma dada realidade, ou como a expressão da relação sujeito/objeto, isto é, da forma como o pesquisador enquadra a realidade e nela se enquadra” (Adorno e Castro, 1994, p. 173) e as suas possibilidades “de intervir não só sobre o campo de pesquisa, mas também sobre nossas percepções a seu respeito” (p. 183).

Como último elemento utilizado para a constitui-

ção de nossos caminhos pela pesquisa, da tessitura de nossa rede de compreensões e análises, lançamos mão do trânsito de trajetórias de vida dos meninos e meninas que, pessoalmente, acompanhamos, para o levantamento e enlace de temáticas suscitadas e advindas para os serviços, a partir das interrogações decorrentes dos seus percursos de vida.

## Trajetórias de Vida: interfaces, interrogações e traços em comunicação com a rede de serviços

O reconhecimento dos aspectos individuais de vida para a compreensão da dimensão macrossocial ganha visibilidade na medida em que a cidade e suas manifestações assumem o lugar de interesse de investigações e potencializam reflexões sobre modos de vida e sociedade, traçando tentativas de comunicação entre as partes e a sua totalidade, ou entre a vivência micro, local, e a sua macrorrepresentatividade global.

O espaço das cidades e seu processo de urbanização caracterizam a dinâmica social calcada nas desigualdades socioeconômicas e em seus fenômenos desagregadores, colocando a cidade como elemento manifestador da estruturação social, bem como espaço para interação e produção de sentidos, no interior de sua lógica constituinte. As grandes metrópoles assumem as características de um local de crescimento desordenado, no qual a economia monetária personifica o signo da modernidade, com a “criação de novos padrões de troca e de espaços para a sociabilidade e para os rituais da vida pública” (Magnani, 2002, p. 26). Assim, investigar o meio urbano pode ser interpretado como uma tarefa de olhar “de perto e de dentro”, em contraposição ao ideário neutro “de longe e de fora” (Magnani, 2002), suscitando conexões no interior de uma sociedade desigual contemporânea. A cidade, com a exigência de uma vida prática, situa os indivíduos entre o anônimo e uma multiplicidade de papéis em diferentes círculos, constituindo uma polaridade que culmina em um caráter reservado, insensível e indiferente diante do cenário, e seus atores, moderno e urbano (Frúgoli Júnior, 2007).

Nesse contexto, a utilização metodológica de biografias, histórias de vida e trajetórias individuais destaca-se nas ciências humanas, no bojo de pesquisas que se dedicam ao aprofundamento das múltiplas experiências no meio urbano, buscando um diálogo entre a vivência de fenômenos sociais e sua manifestação e percepção nos e pelos indivíduos, fortalecendo a temática “indivíduo e sociedade”. Tal tema assume centralidade na produção brasileira a partir da década de 1970. Segundo Velho (2003), “os indivíduos, na sua singularidade, também se tornaram matérias da antropologia, à medida que eram percebidos como sujeitos de uma ação social constituída a partir de uma rede de significados [...] enfatizando-se uma visão dinâmica da sociedade e procurando-se estabelecer pontes entre os níveis micro e macro” (p. 16).

A pesquisa com fontes biográficas pode assumir diferentes vertentes, dependendo de seus usos e interpretações. Elas têm a possibilidade de constituir-se como um material potencial que permite que a história de vida exista e circule, dando à voz “a via da subjetividade”, “através dos seus relatos” pessoais, “desenvolvendo uma lógica narrativa que procura dotar de sentido o que se conta” (Pais, 2005a, p. 87). Entretanto, quando descontextualizadas e isoladas, podem constituir-se como uma “ilusão”, não enraizadas à “superfície social”, sendo necessário sublinhar que o indivíduo ocupa uma pluralidade de papéis e representa as respectivas dinâmicas sociais neles envolvidos (Bourdieu, 1986). Ou seja, se a biografia ou a história de vida for analisada de forma isolada, ela não permite a conexão com a sua inserção social, resultando em análises pontuais e fragmentadas que não se comunicam com a estrutura social. “Os eventos biográficos se definem igualmente como *posição* e *mudança de posição*, ou seja, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura de distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado”<sup>10</sup> (p. 71, grifo original).

Levi (1989) faz uma distinção entre os tipos e usos de biografias, classificando-as em: prosopografias e biografias modais, ilustrando os compor-

tamentos e aparências mais frequentes, em termos estatísticos, buscando dados individuais que comprovem generalizações, com menor enfoque nas singularidades e trajetórias particulares; biografias e contextos, as quais buscam a associação entre as trajetórias individuais e o contexto sócio-histórico em que estão inseridas, compreendendo os fenômenos individuais, incluindo os “desvios” e singularidades, no contexto em que se inserem, por meio da análise do equilíbrio da especificidade individual no sistema social; as biografias e casos limites, as quais podem ser utilizadas para explicações sociais de casos extremos, que acumulam pouco conhecimento, dirigindo-se para o contexto das “margens”; e, por fim, biografias e hermenêutica, as quais, a partir do ato dialógico, analisam o material biográfico na totalidade dos significados que ele pode representar, interpretando o conhecimento como resultado do diálogo entre pessoas e entre culturas<sup>11</sup>.

A partir das reflexões de Bourdieu (1986) e da utilização, segundo Levi (1989), de biografias e contextos, optamos pela utilização de trechos biográficos, ou trajetórias, contextualizados, com o intuito de alavancar as reflexões sobre a rede de serviços, por meio do diálogo entre instituições, biografias e trajetórias que por lá passavam (para as quais tais equipamentos sociais se dirigiam).

Os dados para a composição das descrições apresentadas foram formados pela junção entre o discurso direto dos adolescentes, em momentos individuais conosco, as informações de prontuários dos serviços que integramos, o nosso acompanhamento profissional realizado com eles, bem como nossas anotações pessoais do processo de intervenção e de campo. A “escolha” dos sujeitos das trajetórias ocorreu pelo maior vínculo, conhecimento e abundância de informações que dispúnhamos sobre os meninos e as meninas e pela possibilidade de encontrá-los, na época em que estávamos em campo, para solicitar a autorização para este trabalho e realizar a entrevista individual. Buscamos enfatizar, pelas trajetórias, as categorias levantadas pelo campo, ofertando outro prisma de análise, dado a partir da priorização de elementos de suas vidas.

10 Idem nota 4.

11 Idem nota 4.

Para tanto, baseamo-nos na metodologia escolhida por Pais (2005b) para identificação de traços e riscos sociais envoltos na juventude classificada, comumente, como “desenquadrada social”, em que ele enfatiza os traços de vida para dar visibilidade àqueles jovens e buscar a identificação de elementos que se associem aos riscos, mas que permitem a emergência de discursos menos normativos e que demonstrem “quão diversos e contrastantes são os quadros de vida juvenis” (p. 15). Para tanto, aborda:

Traços de vida que matizam quotidianos juvenis, grafias dançantes de significados de vida em sua errância semântica. Um traço instaura (por inclusão) um lugar de escrita - ávida que se escreve, inscreve e descreve -, lugar de exceção e gestão de desejos e vontades, ansiedades e frustrações, expectativas e desilusões. Gestão de gestos, gestos de vida, tocados e retocados, preenchendo modos ou quadros de vida. Traços de vida que a ajudam a moldar, combinando diferentes estilos e usos, acentuando singularidades, estabelecendo códigos. Traços de vida que, eventualmente, projectam *riscos de vida* (p. 14).

Portanto, a partir das particularidades e das singularidades das trajetórias, pois “a vida não é apenas duração, mas também descontinuidade de actos, é necessário não desprezar a singularidade, o pormenor, o acidental” (p. 16), dentro de sua contextualização social, o autor analisa os traços de vida sob uma dimensão objetiva e também subjetiva, questionando que políticas podem ser “tracejadas” para essa juventude “desenquadrada”.

Com essa mesma finalidade de interrogação sobre as políticas implementadas para as juventudes, partimos da “sopa metodológica” (Frigotto, 1989) aqui explanada, visando à apreensão de categorias empíricas que expressem o próprio trabalho de campo, articulado aos sistemas de relações componentes (Magnani, 2002) e à direcionalidade da análise dada.

Por fim, cabe ressaltar que nossa experiência individual pôde nos demonstrar as potencialidades e as riquezas de investigações realizadas a partir de dentro, ou seja, pelos próprios atores envolvidos no processo de trabalho, desde que embasada teoricamente para que possa possibilitar reflexões que

busquem ofertar uma apreensão aprofundada da realidade com a qual se está diretamente envolvido.

Tendo em vista a realidade dos profissionais de saúde presentes em serviços de diferentes naturezas, bem como a riqueza de informação proveniente do seu lugar de ator estratégico para implementação de políticas e ações sociais, pontuamos a relevância da valorização do lugar de técnico-investigador com vistas à produção de maiores informações, compreensões e análises de realidades complexas, como aquelas presentes na contemporaneidade, visando à transformação de contextos e à possibilidade de ação para transformação, conforme defendido por Frigotto (1989).

## Agradecimentos

Agradeço à Profa. Dra. Maria da Penha da Costa Vasconcellos pela sugestão de publicação deste texto, na ocasião de defesa pública de nossa tese.

## Referências

- ADORNO, R. C. F.; CASTRO, A. L. O exercício da sensibilidade: pesquisa qualitativa e a saúde como qualidade. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 172-185, 1994.
- ADORNO, R. C. F. Os imponderáveis circuitos dos vulneráveis cidadãos: trajetórias de crianças e jovens de classes populares. In: LERNER, J. (Org.). *Cidadania, verso e reverso*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1997/1998. p. 93-109.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Brasília, DF, 2004.
- BOURDIEU, P. L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v. 62/63, p. 69-72, 1986.
- BOURDIEU, P. L'objectivation participante. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v. 150, p. 43-58, 2003.
- BRANDÃO, C. R. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CEFAÏ, D. Posface: travail de terrain, étude de cas, observation participante et description ethnographique. In: CEFAÏ, D. (Org.). *L'enquête de terrain*. Paris: La Découverte. 2003, p. 465-515.
- CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, A. (Org.). *Desvendo máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 87-121.
- DALMOLIN, B. M.; LOPES, S. M. B.; VASCONCELLOS, M. P. C. A construção metodológica do campo: etnografia, criatividade e sensibilidade na investigação. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 19-34, 2002.
- FRANGELLA, S. M. *Capitães do asfalto: a itinerância como construtora de sociabilidade de meninos e meninas “de rua” em Campinas*. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 69-90.
- FRÚGOLI JÚNIOR, H. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- GALVANI, D. *Pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo: itinerários e estratégias de construção de redes sociais e identidades*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- GIROLA, C. M. Rencontrer des personnes sans abris : une anthropologie réflexive. *Politix*, Paris, n. 34, p. 87-98, 1996.
- GREGORI, M. F. *Viração: experiência de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Objetivação. Dicionário Houaias da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2041.
- LEVI, G. Les usages de la biographie. *Annales*, Paris, v. 44, n. 6, p. 1325-1336, 1989.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: nota para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.
- MAGNI, C. T. *Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- PAIS, J. M. *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto: Âmbar, 2005a. (Encyclopédia Moderna de Sociologia, 3).
- PAIS, J. M. Introdução (traçado do estudo). In: PAIS, J. M. (Org.). *Traços e riscos de vida*. 3. ed. Porto: Âmbar, 2005b. p. 11-26.
- RULLAC, S. *Et si les SDF n'étaient pas des exclus?: critique de l'urgence sociale*. Paris: Vuibert, 2006.
- VELHO, G. O desafio da proximidade. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Org.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 11-19.

Recebido em: 18/04/2010

Aprovado em: 20/01/2011